



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**

PORTARIA TRT CGP N.º 013, DE 24 DE JANEIRO DE 2022

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o PROAD n.º 568/2022,

R E S O L V E

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2021, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e no Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Dê-se ciência.

Publique-se.

LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO
Desembargador Presidente

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	42.881,39	42.881,39	42.881,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.644,17	128.644,17
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.296,44	66.955,87	0,00	19.209,75	0,00	665.788,34	768.250,40	0,00	768.250,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	8.879.924,84	8.897.355,51	8.909.767,88	9.019.608,21	8.876.833,05	9.066.633,97	9.242.329,49	14.062.327,90	8.542.981,64	85.497.762,49	0,00	85.497.762,49
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	42.396.618,72	31.380.270,08	32.141.135,98	22.814.046,47	23.059.063,77	23.347.000,15	22.725.329,97	22.956.437,03	22.875.012,63	23.235.547,69	36.157.775,02	32.385.742,46	335.473.979,97	0,00	335.473.979,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.048.000,0	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	335.473.979,97	0,031573%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	718.029.122,26	0,067578%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	682.127.666,14	0,064199%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	646.226.210,03	0,060820%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SPF – NCONT, 21/Jan/2022 às 9:01h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (provisão) : R\$ 4.083.860,19

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque): R\$ 2.448.355,26

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2021		
LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	

Receita Corrente Líquida		1.062.519.048.000,00
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	335.473.979,97	0,031573
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	718.029.122,26	0,067578
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	682.127.666,14	0,064199
DÍVIDA CONSOLIDADA		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	754.997,40	5.008.348,88
FONTE: TESOURO GERENCIAL – SPF – NCONT - 21/JAN/2022– 09:01h		

ANEXO III

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	2
---	---

##ATO UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO

##TEX TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

##TEX DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

##TEX ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

##DAT JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		R\$ 1,00							
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar liquidados e não pagos		Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.324.553,72	0,00	0,00	0,00	4.554,80	2.319.998,92	640.534,60	0,00	1.679.464,32
100 – RECURSOS ORDINÁRIOS	2.324.553,72	0,0	0,00	0,00	4.554,80	2.319.998,92	640.534,60	0,00	1.679.464,32
									0,00

181 – RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.135.536,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.536,02	9.742,69	0,00	1.125.793,33
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
						0,00			0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.012.903,68	0,00	0,00	0,00	4.554,80	5.008.348,88	754.997,40	0,00	4.253.351,48

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SPF – NCONT, 21/Jan/2022 às 9:01h

Notas:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO
Desembargador Presidente

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças